



Gênero e política no Brasil: Uma análise da representação social a partir do enquadramento nas revistas semanais das candidatas à presidência em 2010¹

Yana Marielle Xavier FORTUNA²
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Paraná

RESUMO

Resumo: O presente artigo tem como tema a cobertura política durante as eleições para presidente do Brasil em 2010, no que diz respeito ao tratamento dado às candidatas Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV) pelas revistas Veja e Carta Capital. O trabalho é a discussão teórica de uma monografia para a conclusão da graduação em jornalismo e, num segundo momento, será feita uma coleta e análise de dados. Aqui, faz-se uma análise de como as revistas reforçam ou reformulam a imagem da mulher, partindo do retrato que fazem das candidatas. A hipótese é que o discurso utilizado pelos jornalistas é influenciado por valores da sociedade a respeito do papel tradicional feminino e da dissociação entre mulheres e política no Brasil. Para tanto, são usados conceitos teóricos que tratam de Representações Sociais, Agendamento, Enquadramento noticioso, Teoria do Gatekeeper e Teoria Interacionista.

Palavras-chave: Política, Gênero, Representações sociais, eleições nacionais, jornalismo político

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a “Cobertura Política” e trata da representação social das mulheres candidatas à Presidência durante a campanha de 2010. Ele pretende identificar a abordagem feita pelos meios a partir da discussão de gêneros. Para tanto, busca-se analisar a forma que as revistas semanais brasileiras Carta Capital e Veja retratam as candidatas Dilma Rousseff (PT) e Marina Lima (PV) no período de campanha, de 7 de julho a 31 de outubro de 2010.

A metodologia do trabalho é a de análise de conteúdo, que tem sido muito usada em pesquisas de ciências sociais e humanas, principalmente por Bardin, que define que a análise de conteúdo como um

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul e realizado de 26 a 28 de maio de 2011.

² Graduando do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, email: yana_fortuna@hotmail.com.



Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979).

Esse método busca analisar o contexto e as condições em que essa mensagem foi produzida, assim como sua influência social. Como o objeto de estudo da análise de conteúdo é a linguagem e as formas de discurso, ela se faz propícia para o atual artigo, já que o objetivo é justamente identificar de que maneira a posição dos veículos de comunicação, através dos textos publicados, reflete uma construção social atuante, ou seja, a imagem de determinados conceitos a respeito do papel das mulheres que já fazem parte do cotidiano dos leitores.

O trabalho, a partir daqui, está dividido em três partes. A primeira trata do surgimento e institucionalização das Representações Sociais, assim como fatos históricos que contribuíram para a ideia de que a mulher é destinada ao espaço privado. Depois, discute-se a Representação Social na mídia, assim como conceitos teóricos da comunicação que justificam o enquadramento realizado pelos jornalistas ao definir as matérias. Por último, será feita uma descrição da trajetória e linha editorial das duas revistas e a delimitação da pesquisa empírica.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL E MULHERES

Segundo Berger e Luckmann (1995), vivemos em uma sociedade onde existem diversos padrões sociais estabelecidos e aceitos como adequados:

“Apreendo a realidade da vida diária como uma realidade ordenada. Seus fenômenos acham-se previamente dispostos em padrões que parecem ser independentes da apreensão que deles tenho e que se impõem à minha apreensão. A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada, isto é, constituída por uma ordem de objetos que foram designados *como* objetos antes da minha entrada em cena”. (BERGER E LUCKMANN, 1995, p.38)

Ou seja, os autores refletem que o indivíduo está inserido em uma realidade a qual ele está acostumado. Sua rotina, seus conceitos, seu entendimento do que é normal, as instituições com as quais convive todos os dias e suas regras de conduta já estão definidas antes dele nascer e continuam a influenciar seu modo de agir no decorrer de sua vida. Entretanto, esses padrões tão conhecidos dentro de suas próprias sociedades



são uma construção estabelecida historicamente e que recebem manutenção constante, a partir de hábitos tidos como certos e naturais, instituições e a própria linguagem.

As sociedades humanas tiveram início pela necessidade do homem de preservar a vida. Torre (1977) defende a ideia de que a realidade ordenada e as regras da sociedade surgiram como forma de garantir a sobrevivência do indivíduo dentro do grupo. Para ela é partindo da “necessidade de se regular as relações entre os sexos e garantir a sobrevivência da espécie humana e a criação da prole, que surge um conjunto de práticas que se cristalizaram e deram origem às instituições” (TORRE, 1977).

A partir das suas limitações fisiológicas em contato com o meio, ele buscou maneiras de se manter e uma das formas encontradas foi a vida em grupo. A partir do momento em que ele deixa de viver sozinho e passa a conviver com seus semelhantes, com as mesmas limitações físicas e potencialidades teoricamente iguais, regras e conceitos precisaram ser criados para garantir a “harmonia” e estabilidade dentro do grupo.

No presente momento, devemos pensar em como surgem essas prática sociais, o que elas são e como são mantidas dentro da sociedade. Para buscar entender melhor essas questões, um outro conceito que deve ser levantado: o de hábitos sociais. Os hábitos são ações repetidas por membros de uma sociedade e que, conseqüentemente, fazem parecer que aquele modo de fazer as coisas é o certo. Então, além de supostamente organizar a sociedade, os hábitos legitimam as ações. Por exemplo, o fato de um indivíduo do sexo feminino ter a possibilidade de amamentar acabou instituindo que é a mãe que deve cuidar do bebê nos primeiros meses. E isso formou o que conhecemos como instinto maternal. Um fato (só a mulher pode ter filhos e amamentá-los) originou um hábito (as mães devem cuidar dos bebês nos primeiros meses) e o hábito institucionalizou uma ideia (a mulher deve ter instinto maternal e tem obrigação de saber cuidar do seu filho e protegê-lo acima de tudo).

Os hábitos surgem como uma forma de facilitar a vida do indivíduo, para que as escolhas diminuam e a mesma ação possa ser realizada com o mínimo de tempo e esforço. Berger e Luckmann (1995) discutem esse conceito e afirmam que “toda atividade humana está sujeita ao hábito. Qualquer ação freqüentemente repetida torna-se moldada em um padrão, que pode em seguida reproduzido com economia de esforço e que, *ipso facto*, é apreendido pelo executante *como* tal padrão.” (BERGER E LUCKMANN, 1995, p.77). Ou seja, o hábito é a base para um importante ganho psicológico: fazer estreitar-se as opções.

No entanto, um grande problema é como manter esses hábitos e legitimar a institucionalização dos atos para as próximas gerações. Elas não possuem contato



nenhum com o surgimento desta ou daquela maneira de fazer as coisas, ou seja, não estão ligadas ao passado em termos de memória. Quando nascem, já existe uma forma de se portar no ambiente social e quando começam a interagir com o mundo cotidiano em que vivem, os hábitos já estão estabelecidos. Sendo assim, as novas gerações precisam ser convencidas de que eles são adequados, já que elas não participaram de sua construção e nem têm ligação com motivos que levaram a ela. Portanto, os hábitos e valores tidos como corretos e naturais precisam ser legitimados para que continuem existindo, e quem faz isso são as instituições. A mídia é uma das instituições que faz esse papel legitimador, ao reforçar a ideia de que a mulher é destinada ao espaço privado.

Assim como as instituições buscam legitimar os hábitos e padrões de conduta, para Berger e Luckmann (1995), as origens de qualquer ordem institucional consistem na tipificação dos desempenhos de um indivíduo e dos outros. (BERGER E LUCKMANN, 1995, p.101). As tipificações produzem papéis, que são uma forma dos seres humanos se sentirem inseridos na sociedade em que nasceram e vivem.

Sobre os papéis, Berger e Luckmann (1995) afirmam que “estes, linguisticamente objetivados, são um ingrediente essencial do mundo objetivamente acessível de qualquer sociedade. Ao desempenhar papéis, o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele”. (BERGER E LUCKMANN, 1995, p.103).

A origem dos papéis sociais passa pelo mesmo processo de formação dos hábitos e das instituições. Por causa dos papéis que desempenha, o ser humano é inserido em áreas específicas da sociedade objetivada, no conhecimento de normas, valores e emoções. Ele também aprende que desempenhar um papel não é apenas adquirir rotinas que mostrem para o mundo exterior qual é esse papel. O indivíduo precisa iniciar-se em várias camadas de conhecimento e até emoção, para se adequar aos papéis que vai incorporar.

Podemos afirmar que, de certa forma, a ordem institucional só é real a partir do momento em que é realizada pelos papéis sociais estabelecidos aos indivíduos. Ao mesmo tempo, eles representam a ordem social que define seu caráter. Os papéis adotados pelos indivíduos são a forma mais comum de integração na sociedade.

“A análise dos papéis tem particular importância [...] por que revela as mediações existentes entre os universos microscópicos de significação, objetivados por uma sociedade, e os modos pelos quais estes universos são



subjetivamente reais para os indivíduos”. (BERGER E LUCKMANN, 1995, p.109).

Se o ser humano ocupa o papel que lhe é esperado, é mais fácil viver em grupo. Voltamos, então, para necessidade de organizar a vida cotidiana e também para a mesma sensação de bem estar acarretada pelo hábito. Isso faz com que os papéis sejam institucionalizados da mesma forma que as regras e hábitos. Agora, vamos ver como os papéis deram origem à Representação Social da mulher através dos tempos.

A mulher foi destinada ao espaço privado desde o momento em que a sociedade ocidental moderna formulou o conceito de “família”. Lévi-Strauss (Apud PINHEIRO, 1999) refere-se a três tipos de relações para a formação da família: aliança (casal), a filiação (pais e filhos) e consangüinidade (irmãos e irmãs). Neste contexto, a família é um sistema social composto de indivíduos que, segundo Atkinson e Murray (1989), possuem cada um o seu papel, socialmente atribuído.

Esses papéis, embora diferenciados, contribuem para o funcionamento da sociedade como um todo. O conceito de família, ao ser abordado, evoca obrigatoriamente os conceitos de papéis e funções. (ATKINSON E MURRAY, 1989). A partir destas definições, podemos identificar que a mulher, destinada ao espaço privado era vista fazendo parte de uma família comandada pelo homem, muito mais do que pensada individualmente.

Por volta do quarto milênio, as sociedades estavam começando a se organizar de tal forma a serem chamadas “civilizações”. Stearns (2007) afirma que a maior parte das sociedades agrícolas tinha desenvolvidos formas de desigualdade entre homens e mulheres, num sistema chamado geralmente de patriarcal – onde o homem, pai ou marido, comandavam.

Segundo Perrot (1998), no século XIX os espaços eram sexados. “Existem lugares praticamente proibidos às mulheres – políticos, judiciários, intelectuais e até esportivos... -, e outros que lhe são quase exclusivamente reservados – lavanderias, grandes magazines e salões de chá”, (PERROT, 1998, p.37). Os espaços eram divididos entre os sexos e em suas peculiaridades já podemos ver a predominância da mulher no espaço privado, longe das decisões fundamentais para a evolução da sociedade, mas apenas participando da manutenção básica desta, como mãe, esposa e dona de casa.

Enquanto o homem desempenhava um papel importante no espaço público, as mulheres deviam se mostrar o menos possível. Perrot justifica esse aspecto afirmando que “A serviço de uma retórica masculina, é necessária uma voz forte, gestos



declamatórios, toda uma dramaturgia recusada às mulheres, às quais está proibida a tribuna, quer se trate da cátedra, do pretório, do Parlamento ou dos partidos (PERROT, 1998, p.65)”.

Ao contrário, Coelho (2002), afirma que “o argumento infalível a que se apegam os ultraconservadores, é o que entrando a mulher na política falha à sua imprescindível missão materna.” (COELHO, 2002, p. 113). Novamente a história demonstra que o instinto maternal e mulher são indissociáveis no imaginário popular. Assim como seu papel na esfera privada, as profissões destinadas às mulheres ao decorrer dos tempos também eram relacionadas a atributos como cuidado, gentileza, e delicadeza. Segundo Perrot, “elas exerciam em público as qualidades maternais das mulheres”. (PERROT, 1998). Dentre as primeiras profissões assumidas estavam professoras, bibliotecárias e enfermeiras.

As únicas mulheres públicas de antes da Primeira Guerra Mundial, segundo Perrot, eram as princesas da corte europeia e isso gerou uma Representação Social que até hoje é alimentada pelos meios de comunicação, moda e o próprio imaginário popular: a importância da beleza, de estar sempre bem arrumada. (PERROT, 1998)

Apesar dessa Representação Social ainda se mostrar presente no imaginário popular, é inegável o avanço que as mulheres fizeram no espaço público e até no cenário político, considerado há algum tempo como uma área exclusivamente masculina. Essa mudança se deve, principalmente, ao movimento feminista que surgiu no século XIX a partir de ideias iluministas sobre liberdade e igualdade.

Segundo o historiador Stearns (2007) o feminismo surgiu primeiro na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, demonstrando ideias de avanço na educação das mulheres. Além disso, o movimento trouxe a percepção de que os direitos dos homens eram maiores do que os das mulheres. Com a revolução industrial e o advento do desenvolvimento tecnológico, a mulher começou a ser inserida no espaço público, entretanto, sem se desvincular de suas “obrigações” com a casa, o marido e os filhos. Monteiro e Leal (1998) explicam que

Assim, as mulheres começaram a viver a exploração de sua mão de obra, trabalhando até 18 horas por dia e recebendo um salário menor do que o dos homens. Monteiro e Leal (1998) afirmam ainda que a justificativa dos patrões para o baixo salário e mais horas na jornada de trabalho era que os homens já sustentavam suas esposas (ou seja, elas mesmas) e por isso as mulheres que trabalhavam não precisavam ganhar um salário maior.



Por causa de I e II Guerra Mundial, o movimento feminista recuou um pouco. Durante os períodos das duas guerras, Monteiro e Leal (1998) contam que as mulheres foram para as fábricas enquanto os homens estavam em batalha. Da mesma forma, quando os períodos de tensão acabaram, voltaram para o espaço privado, revalorizadas no espaço doméstico e fora do mercado de trabalho.

A partir desses exemplos (revolução industrial e as duas guerras mundiais), demonstra-se que a participação no espaço público não foi conquistada de forma definitiva pelas mulheres, ela foi cedida por um tempo, num momento de necessidade, e depois foi tomada de volta. O motivo para levar as mulheres ao espaço público não era a crença em sua capacidade de permanecer nele, mas a mão de obra quando os homens estavam ausentes ou quando sobravam vagas nas fábricas. Ou seja, essa mudança na realidade não reflete, necessariamente, a uma mudança no imaginário popular.

No Brasil, a luta pelo direito à educação igualitária entre homens e mulheres se deu apenas na primeira metade do século XIX, dadas as diferenças de colonização e Império. Essa é uma discussão importante por que a escola é uma das instituições que mais legitima hábitos, já que lida com o indivíduo numa idade onde sua personalidade ainda está em formação. Desse modo, a diferença na educação de meninos e meninas vai demonstrar, no futuro, quais papéis sociais eles irão incorporar e como eles verão a realidade organizada, os hábitos e valores considerados normais.

Segundo Teles (1999), “o ensino então proposto (1827) só admitia para as meninas a escola de primeiro grau, sendo impossível, portanto, atingir níveis mais altos, abertos aos meninos”. (TELES, 1999, p. 27). Além disso, as atividades também eram diferentes, já que os meninos aprendiam gramática, matemática e eram incentivados à leitura, enquanto as garotas eram destinadas a aprender trabalhos com a agulha (TELES, 1999).

Trazendo essa discussão para as Representações Sociais, esse é um exemplo claro que como os papéis sociais eram diferenciados já na infância. Segundo Berger e Luckmann (1995),

“na maioria das vezes a conduta se processará ‘espontaneamente’ nos canais estabelecidos de modo institucional. Ao nível das significações, quanto mais a conduta é julgada certa e natural, tanto mais se restringirão as possíveis alternativas dos ‘programas’ institucionais, sendo cada vez mais predizível e controlada a conduta”. (BERGER E LUCKMANN, 1995, p. 89).



Dessa forma, o papel da mulher na esfera privada se torna natural e a própria sociedade estabelece padrões e mecanismos, mesmo que de forma involuntária, para a manutenção desta. A imprensa é uma instituição que pode reforçar ou reformular esse conceito, a partir do enfoque dado pelos jornalistas, mas isso será discutido mais à frente neste trabalho.

Atualmente, estamos em um momento em que a realidade mostra que a Representação Social que destina a mulher ao espaço privado não se aplica em totalidade, já que as mulheres estão aparecendo e se mostrando competentes nestes outros espaços. Podemos perceber, ainda, que existe uma demanda crescente do sexo feminino em partidos e coligações.

No Brasil, é possível observar uma mudança a partir do primeiro governo Lula (2002), no sentido de aumentar a participação de mulheres em cargos políticos. Macaulay (2004) enumera as mulheres que fizeram parte do primeiro escalão dos mais recentes governos brasileiros: Benedita da Silva – ministra do bem estar social; Marina Silva – ministra do meio ambiente; Dilma Rousseff – ministra de Minas e Energia; Matilde Ribeiro – secretária especial para promoção de políticas de igualdade racial; Emília Fernandes – secretária especial de política para mulheres fizeram parte do primeiro governo Lula.

Essa é uma grande diferença em relação a governos anteriores. O Governo Figueiredo (1979 – 1985) teve apenas uma ministra. O governo de José Sarney (1985 – 1990) também teve apenas uma ministra. Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) teve duas ministras. Itamar Franco (1992 – 1994) teve quatro ministras e Fernando Henrique Cardoso não teve nenhuma em seis anos de governo (1995 – 2001) e teve uma nos dois últimos anos (2001 – 2003).

No ano de 2011, o número de cargos políticos ocupados por mulheres aumentou ainda mais: Maria do Rosário – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ideli Salvatti – Ministério da Pesca e Agricultura; Mirian Belchior – Ministério do Planejamento; Tereza Campelo – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Helena Chagas – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Izabella Teixeira – Ministério do Meio Ambiente; Luiza Helena de Bairros – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; Iriny Lopes – Secretaria de Políticas para as Mulheres; Anna Maria Buarque de Hollanda – Ministério da Cultura.

Ainda assim, é fato que a mulher tem dificuldades em se mostrar eficiente e até “merecedora” dos cargos políticos. Matos, Cypriano e Brito sugerem que “muitos, ainda



hoje, a despeito de todas as inúmeras evidências empíricas, sequer consideram o tema como relevante ao debate político-institucional e, às vezes, sequer o consideram teoricamente relevante.” (MATOS, CYPRIANO E BRITO, 2007, p. 5).

Essa divergência de opiniões influencia o pensamento dos brasileiros ainda hoje. Por um lado, não são todos que concordam que a mulher está apta para participar do cenário político do país, como afirmaram os autores acima. Em contraponto, percebemos que existe uma maior aceitação por parte da população, por exemplo, nas Eleições de 2010, onde as duas candidatas tiveram aceitação expressiva por parte da população e, ainda que o número de Deputadas Federais eleitas nesse ano tenha diminuído, pode-se constatar que houve certa mudança na visão dos eleitores sobre o papel da mulher na política.

Buscamos com este trabalho, que analisa dados a partir de revistas semanais, constatar se os meios de comunicação reconhecem essa mudança ou não, se os jornalistas – como indivíduos que partilham de uma cultura comum e são influenciados por ela ao redigir as matérias – reforçam ou reformulam a crença sobre a mulher não ser destinada ao espaço político.

Neste momento, para entender como e porque os jornalistas e suas crenças são tão importantes, precisamos ter a clara ideia de que, segundo Berger e Luckmann “Toda a transmissão [de significados] exige alguma espécie de aparelho social. Isto é, alguns tipos são designados como transmissores, outros como receptores do ‘conhecimento’ tradicional”. (BERGER E LUCKMANN, 1955, p.99).

Entende-se que os indivíduos dentro da sociedade, buscam transmitir suas impressões e, conseqüentemente, suas representações sociais e estereótipos. E a forma mais comum de realizar essa transmissão de sentido é a partir dos meios de comunicação, da imprensa. Ela é uma instituição legitimadora dos papéis sociais, dos hábitos e do que é considerado comum e normal. Ela pode estar em consenso com as Representações Sociais e reforçá-las, mas também, em determinados momentos pode refutá-las. Discutimos, então, a importância do estudo de como as representações sociais se mostram nesses meios – no caso deste trabalho, as revistas.

O papel da mulher na política e na sociedade é fruto da difusão de uma representação social, contida no imaginário popular e, conseqüentemente, na mente dos jornalistas que produzem as reportagens. Sendo assim, essa representação passa pela imagem produzida pela mídia e deve ser avaliada a partir de conceitos que envolvam a



forma que as notícias são produzidas e o impacto que elas têm como produções feitas pela e para sociedade.

No próximo tópico, portanto, iremos discutir a imprensa como reforço ou reformulação dos papéis sociais e seu poder legitimador. Além disso, a partir de teorias sobre o jornalismo, pretendemos entender como se dá o processo de enquadramento dos fatos e como a influência da sociedade para o jornalista pode ser decisiva no momento de reforçar ou reformular uma representação social.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL NA MÍDIA

Partindo do pressuposto de que os jornalistas são influenciados pela sociedade e, por isso, acabam transmitindo suas crenças para os textos, criando representações sociais (não exclusivamente da mulher) também na mídia, é importante conceituar duas teorias: a Teoria Interacionista e a Teoria do Gatekeeper.

A teoria do Gatekeeper sugere que o processo de seleção dos fatos no momento de escrever a reportagem é subjetivo e arbitrário. Segundo Traquina (Apud White, 2001), “a comunicação de ‘notícias’ é extremamente subjetiva e dependente de juízos de valor baseados na experiência, atitudes e expectativas do gatekeeper. (Traquina Apud WHITE, 2001, p. 69). A subjetividade do Gatekeeper, então, vai influenciar em todos os momentos de decidir o que é ou não notícia. Dessa forma, se o jornalista decide que a relação das candidatas mulheres com a família é mais importante, em termos noticiosos, do que sua opinião sobre a política do país, ele está reforçando uma Representação Social a partir da seleção dos assuntos.

A Teoria do Gatekeeper pode ser complementada a partir da Teoria Interacionista. Já que ambas consideram o processo de seleção e produção das notícias, um momento onde o jornalista não consegue se desfazer das referências que possui da realidade em que está inserido. Segundo Sousa (2002), a Teoria Interacionista considera as notícias um processo de percepção, seleção e transformação de acontecimentos a partir de jornalistas que partilham de uma cultura comum (SOUSA, 2002). Sousa (2002) também afirma que

“os jornalistas são vistos não como observadores passivos, mas sim como participantes activos na construção da realidade. As notícias são encaradas como uma construção social, sendo limitadas pela natureza da realidade, mas registrando aspectos tangíveis dessa realidade. As notícias registram também os constrangimentos organizacionais, os enquadramentos e narrativas culturais que governam a expressão jornalística, as rotinas que orientam e



condicionam a produção de notícias, os valores-notícia e as negociações entre jornalistas e fontes de informação” (SOUSA, 2002).

Dessa forma, um jornalista que nasceu e cresceu em uma sociedade com determinados estereótipos, visões de mundo e regras de conduta, vai partilhar desses hábitos e eles irão influenciá-lo no momento de redigir as matérias. Principalmente em notícias escritas para revistas, que são interpretativas. Segundo as definições de Beltrão (1980) o jornalismo interpretativo tem como objetivo ampliar a informação dada pela notícia, recuperando sua historicidade e impactos provocados na sociedade. Beltrão (1980) chama-o de reportagem em profundidade. Já o jornalismo informativo tem exclusivamente a função de informar um fato de interesse relevante para a sociedade. Portanto, nas matérias interpretativas há uma maior participação das crenças e valores dos jornalistas, e podem conter representações sociais.

As notícias são produzidas enquanto reflexos da visão de mundo dos jornalistas e da sociedade. Podemos então entender o real poder do discurso na mídia no sentido de influenciar e, ao mesmo tempo, ser influenciado pelos atores sociais. É isso que Castro (1997) afirma quando diz que “a mídia está imersa na vida social, sendo instituída por ela, mas também a instituindo. Ela tece seus textos no bojo das relações sociais e de contextos políticos, ao mesmo tempo em que permite novas configurações de tais relações e contextos” (CASTRO, 1997).

Ou seja, a mídia não pode ser dissociada da realidade onde ela está inserida, isto por que a matéria-prima da notícia vem do fato, do acontecimento, do próprio mundo cotidiano. Os fatos são produzidos e têm repercussões na vida cotidiana dos indivíduos, podemos dizer então, que as notícias nascem no meio das relações sociais. Numa campanha eleitoral, os principais fatos são os acontecimentos da campanha, informações sobre os candidatos, datas e propostas. Partindo da concepção que os jornais buscam sempre notícias novas e que vão interessar o público, as reportagens são construídas no âmbito das relações políticas e, ao mesmo tempo, tudo o que o jornalista escrever vai ser lido pelos eleitores. Os jornalistas têm a possibilidade de reforçar determinadas ideias sobre os acontecimentos, mas também de reformulá-las.

A partir das características reproduzidas nas reportagens, além de outros espaços sociais, cria-se a representação social da mulher, por exemplo, nos meios de comunicação. Esses aspectos já estão instituídos no imaginário popular, aceitos e integrados, e constroem uma identidade do papel feminino na mídia e cenário político.



Novamente voltamos aos papéis sociais, que, combinados com a ação da mídia criam uma identidade que é vista pelas pessoas, além de ser exercida pelo indivíduo. Podemos dizer que o papel social é como o próprio indivíduo vê os hábitos que pratica e as ações que faz parte, já a identidade é o que a sociedade espera dos papéis sociais, a forma como os outros vêem aquele determinado papel.

Devemos agora pensar na importância de entender como a mídia reforça ou reformula as representações e qual é a finalidade desta discussão para o cenário público e político. Partimos, então, da Teoria do Agendamento e do Enquadramento. As representações sociais contidas no imaginário popular têm impacto no debate que se trava na esfera pública e são alimentadas ou dissuadidas pelos conteúdos dos meios de comunicação – no caso nas revistas – e também nos jornais e na televisão.

De acordo com a teoria do Agendamento, a mídia transmite a primeira exposição dos assuntos que serão discutidos pela sociedade. McCombs e Shaw (1972), não tratam de mulheres, mas sim de cobertura política, dessa forma, os conceitos são válidos pelo fato de se referirem à influência dos meios de comunicação durante as eleições. Segundo Shaw (Apud Wolf, 1999), a formulação clássica da hipótese do Agendamento defende que, “em consequência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos” (SHAW *apud* WOLF, 1999, p.144). Ou seja, os meios de comunicação são uma forma de introduzir determinados assuntos no cotidiano dos indivíduos.

Mas além de pautar o que discutir, os meios de comunicação podem também, dizer como discutir. Eles estabelecem a forma como devemos pensar os temas existentes na agenda da mídia. (COLLING, 2001). De acordo com Entman (1993): “Produzir um enquadramento é selecionar alguns aspectos da realidade percebida e dar a eles um destaque maior no texto comunicativo, gerando interpretação, avaliação moral e/ou tratamento recomendado para o item descrito” (ENTMAN, 1993, p. 52).

A partir do fato de que são os jornalistas que redigem as matérias – jornalistas que compartilham crenças, história e valores com os outros membros da sociedade – e os meios de comunicação podem influenciar essa mesma sociedade, no sentido de *o que* e *como* discutir os assuntos, as representações sociais que os jornalistas criaram vão ser postas em discussão pelas pessoas na esfera pública. Entretanto, os jornalistas e as pessoas convivem numa mesma sociedade e as pessoas que irão discutir as representações na esfera pública já têm essas representações incutidas no seu



imaginário. Dessa forma, sem poder criar novas representações, os jornalistas apenas reforçam a ideia de determinados papéis.

Entretanto o contrário também pode ocorrer, o jornalista pode reformular o papel social, priorizando alguns aspectos em detrimento de outros – no caso das candidatas, ele reforça as opiniões delas sobre planos de governo ao invés de focar nos atributos que invocariam as Representações Sociais da mulher no espaço privado. A partir do agendamento, a reportagem que o jornalista escreveu será lida pelos eleitores, que irão comentar seu conteúdo, podendo concordar ou discordar. Ainda assim, não é um reforço, mas uma reformulação que pode ser aceita ou não pelos leitores.

A forma como a mídia faz representações das candidatas é importante para a prática dos direitos e deveres dos cidadãos. Norris (2000) afirma que o que os sujeitos precisam de um conhecimento prático sobre as consequências de suas ações políticas e que é a mídia que deveria oferecê-lo. (NORRIS, 2000). A partir disso, as representações sociais femininas e o reforço de determinadas ideias que já fazem parte do cotidiano, podem influenciar os eleitores na hora de escolher os candidatos em que irão votar. Isso tira o caráter igualitário do processo, já que, quando se trata de candidatos do sexo masculino, a representação social que discrimina a sua presença no espaço público não existe.

NOTAS CONCLUSIVAS

Baseando-se nos conceitos teóricos e discussão sobre a representação social da mulher no espaço público e privado, realizados acima, o próximo passo do trabalho será coletar dados empíricos das duas revistas citadas para análise e conclusões definitivas a partir da hipótese levantada no começo do artigo.

É importante salientar a análise dos meios de comunicação, no caso, as revistas informativas semanais, Veja e Carta Capital. A justificativa dos meios escolhidos se dá por dois principais motivos: primeiramente porque revistas informativas semanais possuem textos mais aprofundados. A partir destes mais elaborados, com maior quantidade de informações, será possível observar os critérios de noticiabilidade utilizados pelos jornalistas e a escolha de determinadas informações em detrimentos de outras, como aponta a Teoria do Enquadramento.

E em segundo lugar, as duas revistas possuem linhas editoriais próprias e distintas. A Carta Capital é ainda mais explícita sobre seus apoios políticos, já que fala



diretamente através do Editorial (texto que emite, geralmente, a opinião da revista ou jornal sobre determinado assunto). E a Veja, apesar não falar abertamente, mostra suas opiniões políticas de uma maneira pouco sutil, observada através de capas, desenhos, etc. Dessa forma, a linha editorial dos meios não irá influenciar na representação social de gênero, já que o objeto da pesquisa é ver as candidatas como mulheres, não como políticas que fazem parte de determinado partido.

O período de análise totalizará 14 edições, de 7 de julho a 31 de outubro, motivado pelo Segundo Turno das eleições. Serão observadas apenas notícias que citem alguma das duas candidatas, independente do teor da matéria, como forma de buscar a existência ou não de aspectos que comprovem uma representação social feminina.

REFERÊNCIAS

ATIKINSON, L.D.; MURRAY, M.E. *Fundamentos de enfermagem*. Rio de Janeiro, Guanabara, Koogan, 1989.

BARDIN, Laurence. (1979) *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica*. Porto Alegre: Sulina, 1980

BERGER, P., LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 12ed. Petrópolis: Vozes.

BREGMAN, Dorine. “*La función de agenda: una problemática en transformación*”. In: FERRY, Jean-Marc e outros. *El nuevo espacio público*. Barcelona: Gedisa, 1998.

CASTRO, Maria Ceres S. P. *Na tessitura da cena, a vida: comunicação, sociabilidade e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

COLLING, Leandro. *Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados*. Porto Alegre: Revista Famecos, 2001.

ENTMAN, Robert M. “*Framing: toward clarification of a fractured paradigm*”. In: *Journal of Communication* 43 (4), Autumn, New York: Oxford University, 1993.

NORRIS, P. *A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies*. Cambridge: Harvard University, 2000.

MACAULAY, Fiona. *La Política de Género en El Gobierno Del PT*. Londres, 2004.



MATOS, M; CYPRIANO, B; BRITO, M. *Mulheres e a "corrida de obstáculos" nas eleições 2006: quais barreiras ainda não foram superadas?* Caxambu: ANPOCS, 2007.

McCOMBS, M. E. e SHAW, D. L. *The agenda-setting function of mass media*. Public Opinion Quarterly, 36, 1972.

MONTEIRO, A; LEAL, G. B. *Mulher: da luta e dos direitos*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

MULHERES NO PODER. *Mulheres no Governo de Dilma Rouseff*. 2011. Disponível em <<http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/>> Acesso em 31 de março de 2011.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Ed. Unesp. 1998.

PINHEIRO, Lena Vania R. *Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes*. In: _____. *Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade*. Brasília: IBICT, 1999

SOUSA, Jorge Pedro (2002) *Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia*. João Pessoa. Disponível em: < <http://www.bocc.uff.br/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>> Acesso em: 28 de março de 2011.

STEARNS, Peter N. *Histórias das relações de gênero*. Tradução: Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

TORRE, Maria Benedita Lima della. *O homem e a sociedade: uma introdução à sociologia*. 6 ed. São Paulo, Editora Nacional, 1977.

TRAQUINA, N. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Editorial Presença, 1999 – 5ª Edição. Lisboa, Portugal.